

<https://doi.org.10.23925/2675-8253.60904>

“NEM BALA, NEM FOME, NEM COVID”: RELATOS SITUADOS DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA TRIPLA CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SANITÁRIA

Rodrigo da Silva Rocha¹

RESUMO: Este artigo pretende analisar as estratégias mobilizadas por lideranças do movimento negro como formas de enfrentamento das condições de subsistência social, frente à tripla crise política, econômica e sanitária. A pesquisa fundamenta-se na análise de entrevistas em profundidade realizadas com seis coordenações estaduais do Movimento Negro Unificado. Por meio deste estudo, compreende-se que a fome, a violência estatal e as perspectivas de virtualização se constituíram enquanto os maiores desafios do movimento neste período, para além de gerarem reflexões sobre o *dever* do movimento neste cenário que demanda políticas de assistencialismo e solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Crise, Enfrentamento, Movimento Negro, Pandemia, Sobrevivência

“NEITHER BULLET, NOR HUNGER, NOR COVID”: SITUATED REPORTS FROM THE UNIFIED BLACK MOVEMENT ON STRATEGIES FOR CONFRONTING THE TRIPLE POLITICAL, ECONOMIC AND HEALTH CRISIS

ABSTRACT: This article intends to analyze the strategies mobilized by black movement leaders as ways to face the conditions of social subsistence in the presence of the triple political, economic and health crisis. The research is based on the analysis of in-depth interviews with six state coordinators of the Movimento Negro Unificado. Through this study, we understand that hunger, state violence, and the perspectives of virtualization were the greatest challenges of the movement in this period, in addition to generating reflections about the future of the movement in this scenario that demands welfare and solidarity policies.

KEYWORDS: Crisis, Confrontation, Black Movement, Pandemic, Survival



¹ .Graduando do curso de Ciências Sociais (bacharelado) pela USP.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo reconstruir, a partir de relatos, a maneira como coordenações estaduais do *Movimento Negro Unificado* (MNU) enfrentaram um fenômeno até então desconhecido em seus horizontes da memória e do conhecimento: a crise sanitária, estabelecida pela pandemia de *Covid-19* e que teve no Brasil seu primeiro caso registrado em fevereiro de 2020. Para além de influenciar negativamente os contextos sociais, políticos e econômicos das famílias brasileiras, essa crise gerou profundos impactos nas expectativas, formas de ação e nos paradigmas dos movimentos sociais que, buscados por estas famílias, precisaram repensar suas dinâmicas internas para “dar conta” da situação.

A agravar esses impactos, a pandemia chegou ao Brasil em um período de enfrentamento da *grande recessão brasileira*, uma anterior crise político-econômica iniciada em 2014 (HOLLAND, 2016; BOLLE 2016; CARVALHO, 2018). Essa sobreposição de situações que impactam as condições de sobrevivência, sobretudo dos estratos sociais de menor renda, demandou diversas formas de enfrentamento e sobrevivência frente a uma agora constituída tripla crise política, econômica e sanitária.

Como uma economia emergente que enfrenta o legado da dependência e de políticas coloniais-imperialistas, a história brasileira é marcada por inúmeras crises que afetaram as condições de vida e, em especial, as formas de obtenção de renda e as representações sociais dessas enquanto atividades produtivas (PAOLI, 1992; HIRATA e HUMPHREY, 1992). Têm-se ainda que os efeitos das crises e as estratégias ante as mesmas não são experimentados de forma homogênea pela população. Há populações que foram historicamente vulnerabilizadas em situações de crise em razão de representações quanto a seus vínculos ocupacionais e a processos de



estigmatização que as atravessavam (LAMONT, 2018), como é o caso das populações negras, intensamente atingidas pelos impactos da Covid-19 (SANTOS et al, 2020).

Neste cenário de crises, marcado por crises (ROITMAN, 2013) e pela demanda imperativa por ações urgentes (NEIBURG & GUYER, 2017), observa-se uma grande busca por ações filantrópicas por parte das populações socioeconomicamente vulneráveis nos mais distintos territórios brasileiro, o que caminha em conjunto a um fortalecimento de ONGs e instituições voltadas a promover ações de solidariedade e caridade (PETRA et al, 2022). Na sequência, reconstruo a história do Movimento Negro Unificado, que se situa de maneira singular em sua atuação durante a crise.

2. O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: UM RESGATE DE SUA HISTÓRIA E FORMAÇÃO

O MNU, inicialmente chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), surgiu em 1978 a partir de uma efervescência política da militância negra em torno da luta pela melhoria de condições e oportunidades (RIOS, 2014, p. 12), assim como em uma busca por enfrentar as condições histórico-sociais vivenciadas pela população negra frente à falsa concepção de uma democracia racial (RUFINO, 1985). Com uma base mais horizontal, o MNU era operacionalizado sem a figura de um líder com o poder de determinar o destino do movimento, o que o diferenciava de outros importantes movimentos negros da época, como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) (GONZALEZ, 2020, p. 119).

Ao falarmos das condições salientadas pelo mito, nos referimos a condições que se baseiam na concepção, usada enquanto instrumento político, de que as relações entre negros e brancos se apresentavam “em pé



de igualdade”. O mito relativizava a existência de um racismo estrutural na sociedade e, assim, invisibilizava seus reflexos: as condições desiguais de acesso a emprego e renda, o reconhecimento da precarização da força de trabalho negra e a divisão racial do trabalho (ALMEIDA, 2019, p. 170), a estigmatização (LAMONT, 2018) e a exclusão a espaços de legitimidade, cultura e poder (GONZALEZ, 2020).

Tendo seu início no Brasil em 1931 com a Frente Negra Brasileira, o movimento negro surgiu já em resposta ao mito da democracia racial. Nessa primeira fase, que se conduz até 1945, sua estratégia principal foi baseada em um integracionismo, depositando no rompimento do “complexo de inferioridade” do negro, e na miscigenação, as chaves para a libertação do racismo. Tinha espaço apenas secundário aos levantes de reivindicação e protestos organizados (RUFINO, 1985). Já em sua segunda fase, que perdurou de 1945 a 1970, o movimento negro foi marcado pela sua adesão ao populismo, ainda que sem abandonar a postura associativista e integracionista que marcara o primeiro período.

Somente na década de 1970, estimulado pelos movimentos e referências negras internacionais e pelas lutas de libertação africanas (ibidem) que o movimento negro, em um reflexo direto da crise brasileira², passou a se voltar de maneira mais concreta contra elementos constituintes das desigualdades étnico-raciais, na busca por combater o racismo, em suas diversas facetas, por meio de protestos organizados e do clamor por políticas públicas específicas. É nesse contexto que surge o MNU e seu constructo de reivindicações de naturezas sociais, civis, políticas, culturais e econômicas (RIOS, 2014, p.95).



² José Rufino apresenta o movimento negro não somente enquanto uma resposta à crise, mas como um sinal dela, uma vez que surge deste descompasso entre as expectativas produzidas no período de crescimento econômico brasileiro e a realidade vivenciada pela população negra, que acentuavam a percepção sobre as desigualdades raciais.

Em sua histórica luta contra a violência policial, a discriminação étnico-racial, e em prol da igualdade e da participação democrática (ADÃO, 2019³), uma série de conquistas marcaram a trajetória do movimento. Uma destas, de alta relevância para a educação racial no Brasil, foi a lei 10.639, que previa a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira nas escolas (BRASIL, 2003). É pertinente também citar a conquista na demarcação de terras quilombolas e a conquista da *Lei de Cotas Universitárias e no Serviço Público*, pautas que compunham o espectro político-ideológico de reivindicações do movimento.

Em reflexo destas pautas, histórias e trajetórias, que por sua vez constroem a memória e os saberes do movimento (SOARES, 2016), permite-se compreender a relevância de um olhar atento aos processos de ruptura nas expectativas construídas sobre um determinado período e do chocar de novas realidades dentro do movimento em um novo cenário, marcado em solo brasileiro pelo enfrentamento da fome, da violência policial e estatal, da vulnerabilização social e dos desafios impostos pela virtualização.

Na sequência, reconstruo uma concepção geral do que foi esse período de crise para as coordenadoras estaduais do Movimento Negro Unificado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná, às luzes das suas formas de ação, buscando prospectivamente reconstruir a narrativa do modo virtual de mobilização e dos impactos produzidos pela pandemia nas dinâmicas internas do movimento.

3. DANDO CONTA DA FOME: ENTRE O ASSISTENCIALISMO, A SOLIDARIEDADE E A MILITÂNCIA ORGÂNICA

³ Uma das lideranças fundadoras do MNU, em entrevista ao jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores>. Acesso em 05/03/2021.



“Cada MNU é um MNU” (Marta, 2022). A afirmação de Marta Almeida, Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado no estado de Pernambuco, em entrevista realizada por meios virtuais, revela um importante ponto de partida nesta etapa inicial de diálogo com representantes do movimento: as coordenações estaduais manifestam diferentes maneiras de pensar, agir, conceituar e apreender o processo de enfrentamento da crise.

A crise já indicava sinais de sua existência para o movimento negro muito antes da pandemia. Através das crises política e econômica, marcadas pela grande recessão brasileira de 2014 e pela eleição presidencial do candidato Jair Messias Bolsonaro (PL), em 2019, o rompimento de expectativas, tanto pessoais quanto voltadas ao movimento como um todo, já começava a se manifestar, como mostra o seguinte relato de uma das coordenações estaduais:

“Não sei se pela pandemia, mas pelo governo Bolsonaro, todos meus planos foram frustrados. Eu vivi com mais consistência o período final, eu começo a militar no período de chumbo da ditadura. O período de chumbo vai do final de 1968 ao final de 1977. Eu comecei a militar durante esse período, que era matar e sumir com as pessoas, algo normal. Mas eu nunca, nos meus pensamentos mais pessimistas, eu nunca imaginei que a gente vivesse o período que a gente tá vivendo, que começa em 2016 e se agrava em 2019 barbaramente” (Entrevista a Regina Lúcia, 2022).

Das seis coordenadoras entrevistadas, Regina é a mais antiga no movimento. Atuante na militância secundarista desde 1975, ela integrou-se



ao MNU em janeiro de 1996, tornando-se Coordenadora Nacional de Educação da entidade em 1998. Atualmente, Regina é responsável pela coordenação estadual do MNU no estado de São Paulo.

Para Regina, os últimos anos se mostraram emblemáticos em um processo de intensificação das desigualdades sociais e econômicas que atingiram a população negra e pobre no Brasil. Em reflexo desse aumento na pauperização e vulnerabilidade social, iniciou-se um processo no qual as famílias que enfrentavam estas questões passaram a procurar o Movimento Negro Unificado em buscar ajuda, o que se dá sobretudo após o decreto da pandemia e das medidas de contenção sanitária. Questionadas, as coordenações entrevistadas construíram a visão de que essa busca das famílias pela figura do MNU, durante a pandemia de Covid-19, teve dois principais fatores causais: a fome e o racismo.

“[A causa foi] o racismo. A pandemia, com todas as consequências, a crise sanitária, política e econômica que já vinha, que recrudescer desde 2014, mas que a pandemia exponencia, se abateu muito mais sobre a população negra. Então o MNU foi buscado por essa identidade negra, ali se tem os irmãos que podem ajudar a apontar o caminho. O MNU foi buscado em um processo de identificação, percepção, de se perceber vítima desse processo por se perceber negro (Entrevista a Regina Lúcia, 2022).

O fator da identificação étnico-racial, apontado neste relato, ergue-se em reflexo do próprio papel desempenhado pelo Movimento Negro Unificado, que atuou na remoção de uma camada superior do que W.E.B Du Bois chamaria de “véu da consciência” (2021, p. 16), isto é, o MNU permitiu



que o negro se afastasse da concepção de uma falsa “democracia racial” e se aproximasse da própria condição de existência enquanto negro, por meio de um ganho de consciência, ainda que ocorresse de forma ambígua a diferentes indivíduos negros (FANON, p. 148-9). Logo, baseado no fato do movimento ter contribuído para o reconhecimento das disparidades étnico-raciais por parte da população negra, Regina aponta que esta memória é resgatada, em um cenário que escancara os impactos estruturais do racismo.

A fome, por sua vez, assumiu uma face mais aparente e visível. Schall et al (2022) demonstram, em seu estudo *Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres*, a maneira como a agravação da fome e da insegurança alimentar é situada a partir de 2014, em reflexo da crise econômica e política, e não marcada como um “evento transitório determinado por fatores econômicos resultantes das limitações necessárias para conter o vírus” (ibidem, p. 4147), conforme mobilizado de forma justificativa em discursos políticos. Porém, nos diversos relatos coletados do MNU, foi com a chegada da pandemia que, pela primeira vez, emerge esta demanda, na qual populações em condição de vulnerabilidade passaram a pleitear uma resposta do movimento à fome, através da doação de comida e cestas básicas.

“O MNU em parceria com a Fiocruz, e outras parcerias como a CUFA, com a Frente Nacional Anti Racista, (...) lançamos uma campanha de solidariedade de fazer cestas básicas, para suprir a questão da fome. A fome é uma coisa séria, e tínhamos milhões de famílias passando fome. A gente tava vendo pessoas pedindo comida pronta, e isso não acontecia há muito tempo no cenário brasileiro” (Entrevista a Fátima Monteiro, 2022)



Uma importante ação do Movimento Negro Unificado durante a pandemia foi a realização da campanha “Se Tem Gente Com Fome, Dá o que Comer”, concretizada por meio da Coalizão Negra por Direitos que é hoje composta por 250 movimentos, coletivos e entidades, alinhadas através de 14 princípios e 25 agendas no combate ao racismo⁴. Por meio desta campanha da coalizão, buscou-se atingir 220 mil famílias, que totalizavam cerca de 1 milhão de pessoas.

No geral, o enfrentamento da fome se deu por meio de duas vias principais, sendo estas (1) a distribuição de cestas e (2) a entrega de alimentos prontos. Lucas Batal (2021), integrante do MNU no estado do Rio de Janeiro, retrata que as doações recebidas em seu estado se comportaram em consonância com as medidas restritivas do governo e o estágio no qual a pandemia se encontrava. Ele observa que entre abril e agosto de 2020 houve um exponencial aumento no número de doações no estado, bem como nas ações de solidariedade - sejam estas através de doações financeiras e materiais ou do trabalho voluntário. Essa onda diminuiu entre agosto e dezembro de 2020, em reflexo, supõe Lucas, da flexibilização, que permitiu às pessoas retornarem com suas atividades remuneradas. O retorno dessas ações ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2021, juntamente à segunda onda da pandemia de Covid-19.

As cestas se subdividiam em dois tipos, sendo cestas básicas - compostas por alimentos e produtos de higiene pessoal e limpeza, incorporando ainda, com a pandemia, a arrecadação itens como ‘álcool e gel’ e ‘máscaras’ (Entrevista a Fátima, 2022) - e cestas verdes - que contavam também com a presença de legumes, verduras e frutas (Entrevista a Regina, 2022) -, as quais demonstravam uma aproximação também existente entre o movimento e as pautas da agricultura familiar e da soberania alimentar.

⁴ Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>. Acesso em 02/08/2022.



Bem como responsável por levantar novos desafios ao movimento, a questão da fome levantou também contrastes internos nos relatos das coordenações sobre o espaço que as perspectivas de assistencialismo e solidariedade receberam nas ações do Movimento Negro Unificado durante a pandemia. Ao ser questionada sobre as novas demandas que passaram a ser trazidas ao MNU com a pandemia e que não eram trabalhadas anteriormente, Vanda Vieira, Coordenadora Estadual do MNU no estado do Espírito Santo, respondeu que a maior dessas demandas foi

“[a] fome. A fome, [o] desemprego, a necessidade de organizar as cestas básicas pra distribuir. **A gente nunca foi assistencialista mas a gente teve que ser. Porque não dá pra ficar falando só de política enquanto pessoas tão passando fome, seu vizinho tá passando fome. Então você precisa se movimentar pra ajudar essas pessoas a sair dessa situação.** E eu sinto que o MNU deu conta disso, através de sua militância, que tava na periferia. Mesmo aqueles que não estavam, foram pra periferia pra ajudar a dar conta disso, de ajudar a manter as pessoas vivas, **eu acho que isso foi o mais importante que a gente fez, campanha de doação**” (Entrevista a Vanda Vieira, 2022)⁵.

Vanda é militante das questões étnico-raciais há 32 anos, tendo passado a integrar o Movimento Negro Unificado em 2012. Nascida nos subúrbios do Rio de Janeiro, mudou-se para o estado do Espírito Santo, tornando-se coordenadora estadual do MNU-ES no ano de 2020. Vanda



⁵ Grifos do próprio autor.

considera que as ações promovidas pelo movimento durante os anos de 2020 e 2021 se configuram como uma forma de assistencialismo, ainda que assumisse não estar originalmente em um plano de ações do movimento. Ao ser questionada sobre o grau em que tal presença do assistencialismo configura ou não uma mudança nos rumos da entidade, Vanda afirma que "(...) é algo pontual, não é uma coisa que vai ser pra sempre. (...) tem lugares em que as pessoas até tem feito distribuições, mas as pessoas já retomaram com as atividades e outras formas de contribuir com a vida das pessoas" (Entrevista a Vanda Vieira, 2022). Ela assume ainda, em sua fala, que não é papel da organização promover o assistencialismo para acabar com a fome ou atuar na criação de formas de sobrevivência. Apesar de pontualmente, baseado em uma necessidade, isso estar sendo feito, este papel caberia ao governo. Destaca, ademais, que "a forma do MNU fazer política é outra".

Regina Lúcia, por sua vez, manifesta uma visão divergente acerca das perspectivas de assistencialismo dentro do movimento:

"Nós não trabalhamos com assistencialismo, porque existe uma diferença entre caridade e solidariedade. A caridade acalma a consciência, e a solidariedade hermana as pessoas na luta. A gente não trabalha com assistencialismo. Agora na pandemia a gente fez uma avaliação de que era uma questão de solidariedade poder se movimentar. Antes da campanha, a gente já se mobilizou para distribuir alimento, e com a campanha só organizou um pouco mais" (Entrevista a Regina Lúcia, 2022).

Ao modo que Vanda enxerga que a pandemia produziu uma nova forma de ação antes ausente na instituição, mas que não gerou



deslocamento em um plano de ações mais amplo e concreto, Regina enxerga que as mudanças apresentadas no momento da crise não representam uma alteração na forma do MNU agir e pensar. Ao contrário, essas mudanças seriam processuais e teriam se construído historicamente com base no Programa de Ações do MNU, de 1978, devendo qualquer perspectiva de mudança atual ser reconhecida enquanto uma mudança que acontece no pensamento do povo negro, e não exclusivamente do movimento negro⁶.

No que tange a essa perspectiva de caridade, a visão de Regina se assemelha também à visão de Gabriela Grupp, coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado no estado do Paraná. Em esteira oposta a Regina Lúcia, Gabriela é a coordenadora mais nova do MNU no Brasil, tendo se filiado ao grupo em 2019 e ingressado na coordenação estadual em 2022. Seu contato com a entidade estabelece raízes geracionais, uma vez que sua avó, Altamira, é uma das militantes históricas do movimento negro no Paraná. Em sua fala, Gabriela reforça que:

“O MNU tem uma preocupação grande de não ser instituição de caridade ou de ficar tratando individualmente de problemas sociais, então já não existe uma grande demanda constante por cestas básicas, por tal caso de racismo, tal coisinha, (...) já não somos buscados nesse sentido, já há um consenso no estado do Paraná ao que me parece. Mas não significa que a gente não atue nessas demandas. (...) são problemas que atravessam a gente durante a nossa militância mas não fazem da gente uma instituição de caridade. A gente não perde o tom da militância e o



⁶ Regina exemplifica sua fala através do processo social e político que levou à compreensão da violência policial contra pessoas negras enquanto uma forma de racismo - de maneira que anteriormente não era concebida.

tom político que essas demandas exigem” (Entrevista a Gabriela Grupp, 2022)⁷.

O contraponto levantado por Gabriela, em relação às perspectivas de Regina e de Vanda, conduz à reflexão do local que a militância política recebe em meio a um conjunto de demandas, que agora surgem frente aos efeitos da crise política, econômica e sanitária, pela fome, desemprego e pobreza.

Outra emergente questão, que surge lado a lado à necessidade de esforços em prol da arrecadação e distribuição de cestas básicas, foi a questão da vacina. Ao mesmo tempo em que as populações de determinados territórios apresentavam uma resistência à importância das vacinas, resultado direto da propagação de *Fake News*, o acesso à vacinação nestas localidades - sobretudo em regiões quilombolas e/ou afastadas dos grandes centros urbanos - era menor⁸. Fátima, coordenadora Estadual do MNU no Rio de Janeiro, reforça que houve, principalmente por parte da população periférica, uma resistência muito forte com relação à necessidade de se vacinar, e observou que mesmo uma concepção dos ideários norte-americanos contrários à vacinação, presentes nos discursos de Donald Trump, estava a certa medida sendo absorvida por aquelas populações. Logo, com a chegada da pandemia, um dos primeiros esforços que precisou ser tomado pelo MNU-RJ juntamente à distribuição de cesta básicas foi o de pautar a discussão da vacina e os protocolos do Ministério da Saúde.

Percebe-se, a princípio, que a crise sanitária levou as coordenações do MNU, de forma geral, a mobilizarem ações de solidariedade em seu território, que se baseiam, sobretudo, na produção de formas de subsistência que

⁷ Grifos do próprio autor.

⁸ Dados mostram que a pandemia afetou desproporcionalmente a população negra, uma vez que ao mesmo tempo que pessoas negras foram as que mais morreram vítimas do coronavírus, foram também os que tiveram menor acesso à vacinação, conforme reportagem da Fiocruz disponível em: <https://www.epsvv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>.



atravessam os espectros alimentares, epidemiológicos e epistemológicos - este último baseado na propagação do conhecimento científico e no combate às fake news, perpassando assim os princípios da absorção e construção de formas de conhecimento. Postulamos agora um outro campo de combate do movimento negro, já pautado há décadas e presente no próprio plano de ações do MNU, mas que com a pandemia adquiriu novas perspectivas, estratégias e formas de ação: a violência policial e o genocídio negro.

4. A VIOLÊNCIA POLICIAL E A RETOMADA DOS ATOS DE RUA

Lucas Batal, militante do MNU no Rio de Janeiro, destacou em sua fala que, juntamente à entrega de cestas básicas, outra importante ação do Movimento Negro Unificado durante a pandemia digna de atenção foi o olhar mais voltado contra as ações policiais dentro das favelas e periferias, mais especificamente, dentro de sua atuação, pensadas no Rio de Janeiro (Entrevista a Lucas Batal, 2022). A violência policial apareceu com grande destaque no relato de Fátima Monteiro, eleita coordenadora estadual do MNU no estado do Rio de Janeiro em 2018. Nascida e criada no próprio estado, Fátima pode contemplar as duras condições de sobrevivência do negro periférico, em um cenário marcado pela violência e pelo genocídio:

“Essas são questões que a gente traz muito aqui no Rio de Janeiro, essa questão da violência territorial, da violência do estado [que] é muito presente, não só de agora, mas tem se intensificado neste período de pandemia. Até perdi a conta de quantas operações tiveram dentro das comunidades, tivemos chacina no Jacarezinho no último ano, a chacina em São Gonçalo, a chacina na Vila Cruzeiro, fora em outras



comunidades que tivemos mortes. A ADPF das favelas, que proibia incursões dentro de favelas, o caveirão, no momento da pandemia foi rejeitado, porque agora que a gente tá no período pré-eleitoral quer se promover, “combatendo a criminalidade” (Entrevista a Fátima Monteiro, 2022).

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como "ADPF das Favelas", foi uma ação proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao final de 2019, em uma busca direta por diminuir os históricos e alarmantes índices de letalidade policial no Rio de Janeiro, os quais seguiram altos mesmo durante o período de pandemia e isolamento social, como revela a fala de Fátima ao retratar chacinas ocorridas neste período. Sua aprovação, durante a pandemia, foi situada como uma importante conquista do movimento negro.

Para além desta luta do movimento no campo jurídico, outra reação que a permanência deste estado imanente de violência e genocídio contra o negro durante a pandemia promoveu foi a retomada dos atos de rua. Apesar das medidas de isolamento, estabelecidas em combate à disseminação do coronavírus, considerou-se emergente a necessidade da retomada dos atos de rua, historicamente construídos em torno do MNU e de grande importância para o movimento (Entrevista a Marta, 2022). Assim, o movimento negro protagonizou a retomada desta forma de militância e intervenção política:

“E foi o movimento negro que voltou à rua em 2021, porque **apesar da gente fazer a avaliação de que era extremamente perigoso estar na rua, tínhamos muita gente morrendo de fome, violência, desemprego,**



suicídio. (...) e tem o ato no MASP contra a chacina do Jacarezinho, logo depois do George Floyd” (Entrevista a Regina Lúcia, 2022).⁹

Tão logo, a violência do Estado contra a população negra, que não apenas persistiu mas se intensificou durante esse período (GONZAGA, CUNHA, 2020), conduziu o movimento a repensar algumas decisões tomadas em meio à crise sanitária, como é o caso da militância de rua, restabelecida durante o período de isolamento social para o fomento da sobrevivência do negro.

5. A CRISE E AS DINÂMICAS INTERNAS DO MOVIMENTO

Os relatos das coordenações permitiram também observar as perspectivas formuladas acerca dos impactos produzidos pelas crises sobre algumas dinâmicas internas do movimento, como é o caso da comunicação interna, da circulação monetária e do modo virtual de mobilização.

Luciana é coordenadora estadual do MNU no estado de Santa Catarina e faz parte do movimento desde 2013. Em sua concepção, o período de enfrentamento da crise trouxe uma mesma demanda, a qual ela já presenciava anteriormente em sua passagem pelo movimento. A diversificação, porém, ocorre na forma de lidar com essa nova demanda. Ainda assim, a participação foi um dos principais campos atingidos com a chegada da pandemia e do decreto do isolamento, uma vez que o adoecimento dos militantes mais velhos do movimento em Santa Catarina caminhou em conjunto a um afastamento dos militantes mais jovens.

Educadora no Morro da Queimada (SC), Luciana percebeu como os fatores que conduziam a um enfraquecimento da presença de seus alunos em salas de aula se assemelhavam também aos motivos que levavam a uma

⁹ Grifos pessoais.



menor presença de militantes do MNU em *lives* e reuniões virtuais. Dentre as razões, a coordenadora cita os problemas relativos à ausência de estrutura técnica adequada, de internet e outras questões de ordem psicossomática - fatores que, alinhados ao perfil rural da comunidade quilombola gaúcha abarcada pelo MNU-SC se mostraram ainda mais potencializados.

Este modo virtual de mobilização, marcado pelo distanciamento social e pelo intenso aumento da presença virtual em *lives*, eventos e chamadas de vídeo, foi um momento de grandes frustrações para as coordenações, uma vez que atividades diversas de cunho cultural e histórico naqueles espaços do movimento precisaram ser, em grande parte, canceladas. Houve, porém, esforços bem sucedidos em ocupar esse novo espaço, como reforça Vanda, ao relatar que no estado do Espírito Santo o MNU conseguiu realizar um curso de formação étnico-racial com 42 pessoas pagantes, e Fátima ao destacar que o MNU-RJ elaborou uma campanha que foi responsável pela realização de 40 *lives* durante a pandemia, versando sobre múltiplos assuntos com profissionais de distintas áreas.

Além da presença, os relatos em conjunto indicaram um forte impacto desse período de isolamento e virtualização do movimento nas atividades financeiras. Ao ser questionada sobre objetivos e planejamentos que precisaram ser revisados ou removidos de uma lista de pretensões, Vanda menciona:

“Primeiro os atos de rua. Os atos de rua fazem parte de nossa trajetória. Mas isso aí não dava pra fazer. As atividades de finanças também, que não tinha como fazer as feijoadas, o bazar, o curso porque já tinha muito curso online rolando e dava pra ver que as pessoas estavam esgotadas daquilo. Ainda estão, porque está acontecendo muita *live*. Nós somos assim



né, nós precisamos do contato com o outro, ficar só fazendo contato por videochamada é meio.. tem hora que fica meio cansada” (Entrevista a Vanda, 2022).

As influências negativas do cancelamento compulsório de atividades sobre as atividades financeiras do movimento podem ser compreendidas no eixo da própria lógica da entidade. O MNU atua enquanto um movimento sem financiamento governamental, de empresas ou de outras instituições, e toda contribuição financeira mais fixa parte de seus militantes internos. No estado do Espírito Santo, por exemplo, ocorre uma contribuição de R\$ 20,00 mensais, voltada a auxiliar na manutenção do espaço físico e na quitação de dívidas construídas em torno da sede local do MNU. Para arrecadar outras verbas em suas respectivas localidades, o MNU promove eventos e atividades de cunho cultural e formativo que permitem angariar recursos financeiros. Dentre essas atividades, incluem-se rifas, bazares, festas, cursos de formação e eventos.

Marta Almeida traz destaque em sua fala ao forte papel cultural que o MNU em Pernambuco constrói em seu entorno, sendo esta uma das características que o distingue dos demais, na lógica posta de que “existem vários MNUs”, ou de que “cada MNU é um MNU. Ela cita um importante projeto cultural que permitiu um significativo avanço da propagação da cultura negra no centro da cidade de Recife, capital de Pernambuco. Afetado pela chegada da pandemia, uma vez que se dava de forma presencial e em grande contingente de indivíduos em um mesmo espaço, Marta manifestava seu entusiasmo com a recente busca pela retomada desse espaço em período recente:

“Aqui temos a terça negra, um projeto político, cultural e religioso que nasce da inquietação de não



conseguirmos ver nossas manifestações para além do carnaval e do mês da consciência negra. A gente formulou um espaço, no parque de São Pedro, que é uma praça no centro da cidade de Recife. Antigamente era toda terça, depois ficou de 15 em 15 dias, 1 vez por mês e com a pandemia acabou. E a gente tá retomando agora. (...). E lá se apresenta o afoxé, povos de matriz africana, o reggae, (...) e nessa perspectiva, (...) o parque de São Pedro é o reduto da negritude, a gente ocupou o centro da cidade, e a gente tava na periferia (...).” (Entrevista a Marta Almeida, 2022).

É possível perceber também como a paralisação das atividades presenciais, que obrigou esta alteração nas dinâmicas de propagar as pautas político-culturais e de angariar recursos financeiros ao movimento, em determinados casos modificou a própria forma de responder ao cenário de crise, fome e demandas de solidariedade. É o que indica a fala de Gabriela, ao se referir ao modo que o baixo orçamento impediu que um processo mais amplo e sistemático de doações fosse realizado pelo MNU no estado do Paraná:

“A gente não tinha recursos para mobilizar entrega de cestas básicas né, fazer aquele trabalho mais de solidariedade porque naquele momento a gente estava mais apertado. Na verdade a gente chegou a fazer entrega de cestas básicas pra uma ocupação aqui (...), mas foi com parceria com a Coalizão Negra. Precisamos de uma boa quantia de cestas, e a gente



conseguiu fazer essa entrega. Mas da nossa parte, a gente não conseguiu arrecadar dinheiro” (Entrevista a Gabriela, 2022).

Por fim, os relatos trouxeram também pistas a se pensar na inferência deste processo sobre a maneira das diferentes coordenações estaduais se articularem e realizarem atividades conjuntas. Com a chegada da pandemia, uma lógica imanente do MNU que se pautava na proximidade física dos encontros, diálogos, reuniões e ações se mostrou abalada. Gabriela, em consonância com outras entrevistadas, reforça que houve uma dificuldade maior por parte dos mais velhos para se adaptarem a esse meio virtual. O fato de haver agora uma maior quantidade de reuniões, que por vezes passava uma ideia de maior disponibilidade tempo e maior conexão entre partes mais afastadas, não obrigatoriamente representou isso na prática.

“Assim, houve sim uma mudança. Houve no sentido da falta da presença, acho que conseguíamos estar mais unidos quando tudo era feito presencial. A gente conseguia marcar, mesmo com a dificuldade de locais, se organizava para estar presente. Na pandemia tínhamos mais reuniões, mas não conseguíamos aproximação, e por isso houve mais divisões também” (Entrevista a Fátima, 2022).

Logo, considera-se que a crise sanitária apresentou-se para o Movimento Negro Unificado de maneira peculiar, sendo responsável por estabelecer diferentes formas de dar conta da situação. Estas, por sua vez, não foram percebidas, enfrentadas e construídas em um horizonte de expectativas de forma homogênea entre as coordenações com as quais essa



pesquisa dialogou. Pelo contrário, as formas de enfrentamento criavam-se processualmente e contextualmente.

Mostrando-se mais motivada a combater uma crise estruturalmente posta, pelo enfrentamento do racismo estrutural, do genocídio negro e das condições vivenciadas pela população negra frente às mazelas do sistema colonial, o fim da pandemia apresentava-se enquanto uma esperança ideal, uma vez que abriria margens à retomada, pelo movimento, das ações de formação, arrecadação de verbas, militância de rua e construção de projetos históricos dos respectivos territórios em que se colocava; e pelas famílias, da possibilidade de reestabelecimento em um mercado profissional, pelo fim das medidas de distanciamento social e avanço do processo de imunização.

6. Conclusão

A experiência do Movimento Negro Unificado no enfrentamento da crise política, econômica e sanitária, reconstruída por meio dos relatos, traz margens a se pensar em uma hierarquização das diferentes crises em um quadro de relevâncias, na lógica interna das coordenações. Infere-se que os relatos possibilitam afirmar que as coordenações do Movimento Negro Unificado situam a crise, em um horizonte temporal, na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e, em um horizonte prático, nas dificuldades de sustentar, nesta nova conjuntura política, os direitos civis, políticos e sociais, das lideranças e da população negra assistida pelo movimento, ou seja, a crise política recebe uma importância maior que a pandemia propriamente dita.

Esta ideia é reforçada também ao se pensar nos novos desafios deste período, postulados como “não tão novos assim”. Ao situar as condições enfrentadas pela população negra durante a pandemia em uma linha temporal anterior ao presente, ocorre uma retomada do plano de lutas



histórico do Movimento Negro Unificado, visto que o cenário, em uma perspectiva mnemônica e epistêmica das coordenações, não foi enxergado como disruptivo em um conjunto de expectativas e demandas existentes para o movimento, mas sim como um período que obrigou o movimento a rever, ainda que temporariamente, as formas de “dar conta” e “prestar conta” desta demanda já outrora existente, o que se traduz a partir de novas dinâmicas internas do MNU durante a pandemia. Logo, a pandemia de Covid-19, para a entidade, muito mais do que produziu novas condições, teria intensificado os processos de desigualdade já existentes anteriormente. Tendo o movimento negro nascido de uma crise (RUFINO, 1985), é de se esperar que o resgate dessa memória ocorra durante uma nova crise.

Ainda assim, o movimento precisou desenvolver novas estratégias de enfrentamento destas condições, frente a um cenário que demandava ações imperativas urgentes (NEIBURG & GUYER, 2017). Os principais passos do movimento em busca deste enfrentamento foram em direção à implementação de ações de solidariedade para suplantar a fome; a articulações jurídicas e reivindicativas para diminuir os impactos do racismo, que na trajetória dos militantes e das populações assistidas pelo movimento se mostravam presentes tanto através da violência do Estado quanto através da intensificação dos impactos da própria pandemia - como na questão das vacinas e do acesso a máscaras e álcool em gel; pelas dinâmicas de rearranjo organizativo e "virtualização" do movimento; e pela revisão das decisões iniciais frente a uma ruptura de expectativas, o que conduziu, em meados de 2021, à retomada dos atos de rua.

O Movimento Negro Unificado, desta forma, estabeleceu suas formas de mobilização na crise buscando formar identidades coletivas e propagar lógicas de solidariedade, ao mesmo tempo em que estabelece ações



estratégicas através dos meios virtuais que, em um cenário de distanciamento social, irão sustentar uma ação social.



2021, v. 4, n. 1

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: *Ed. Jandaíra* - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova* [online], São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.

BOLLE, Monica Baumgarten de. **Como Matar a Borboleta Azul: Uma Crônica Da Era Dilma**. Rio de Janeiro: *Intrínseca*, 2016.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do Boom Ao Caos Econômico**. São Paulo: *Atual*, 2018.

DU BOIS, William E. B. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: *Veneta*. 2021 [1903]

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: *Ubu*, 2020 [1952]



Gonzaga PRB, Cunha VM. **Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro.** *Psicol. cienc. prof.* [serial on the internet]. 2020

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena e Humphrey, John. **Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise.** In: *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP.* São Paulo, USP, 4(1 e 2): 111-131, 1992

HOLLAND, Márcio. **A Economia Do Ajuste Fiscal: Por Que o Brasil Quebrou?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LAMONT, Michèle. **Addressing Recognition Gaps: Destigmatization and the Reduction of Inequality.** *American Sociological Review* 83(3): 419–444, 2018.

MCADAM, Doug. **Political Process and the development black insurgency (1930-1970).** 2º Edition, Chicago and London: *The University of Chicago Press*, 1999.

NEIBURG, Federico & GUYER, Jane I. **“The Real in the Real Economy.”** *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 7 (3): 261–79, 2017.

PAOLI, Maria Célia. **A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 4(1-2): 17-41, 1992.

PETRA, P.C., BUENO, F.T.C., CHAGAS, C.L.R.; LAGE, L.R. and PALACIOS, M. **Solidariedade pandêmica: respostas da sociedade diante da insuficiência estatal.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2022, vol. 27, no. 11, pp. 4107-4116.



RIOS, Flavia. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Rios, Flavia. **Teoria do processo político e o movimento negro afro-americano.** *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, p. 112-117, dez. 2009. Resenha. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88748/91644>. Acesso em: 08 set. 2022.

ROITMAN, Janet. **Anti-Crisis.** Durham, NC: Duke University Press. 2013.

RUFINO, Joel. **O Movimento Negro e a Crise Brasileira.** *Revista Política e Administração*. Rio de Janeiro. Vol. 2, 1985.

SANTOS, Márcia P. A. et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.** *ESTUDOS AVANÇADOS*, 34 (99), 2020.

TILLY, Charles. **“Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”.** *Social Science History*, no 17, 1993. <https://www.scielo.br/j/csc/a/W4SVQYKZYHtHnpqggXXhWMm/?format=pdf&lang=pt> file:///C:/Users/rriifs/Downloads/3686-18310-1-PB.pdf

Recebido em 08/09/2023

Aprovado em 12/04/2024



2021, v. 4, n. 1